

fp



federação

Federação Nacional
dos Sindicatos dos Trabalhadores
em Funções Públicas e Sociais

.08

5ª SÉRIE

OUTUBRO 2012

OPINIÃO EUGÉNIO ROSA

➤ Austeridade que atinge os trabalhadores e aposentados só serve para pagar juros aos bancos credores. **PÁGINAS 8 e 9**

DESEMPREGO EM PORTUGAL: OS ROSTOS DE UMA TRAGÉDIA

➤ O Governo decidiu propôr, através do Orçamento do Estado para 2013, a rescisão com dezenas de milhares de trabalhadores contratados a termo ou com nomeação transitória e impor a caducidade obrigatória de todos os contratos a termo no próximo ano. **PÁGINA 17**



**É POSSÍVEL VENCÊ-LOS
MUDAR DE POLITICAS,
MUDAR DE GOVERNO**



//ÍNDICE//

EDITORIAL 3

É possível vencê-los
mudar de políticas,
Mudar de Governo

ACTUALIDADE 4

Atenção, isto é um assalto!

Um assalto chamado orçamento 6

OPINIÃO DE EUGÉNIO ROSA 8

A Austeridade que tem atingido os trabalhadores
e os aposentados da Função Pública tem servido
também para pagar juros leoninos aos credores

ACTUALIDADE 10

A proposta à agressão tem nome: GREVE GERAL

PRC 2013 12

Propostas para uma política diferente

**Código do Trabalho agravado para os trabalhadores
da Administração Pública 14**

**Revisão do Código do Trabalho em colisão
com o trabalho digno 16**

**Desemprego em Portugal:
Os rostos de uma tragédia 17**

10º CONGRESSO 18
Reafirmação de uma presente luta
e de convicção num futuro melhor

REFORÇO DA ORGANIZAÇÃO NESTES TEMPOS DIFÍCEIS

As medidas do governo do grande capital nacional e internacional, representado pelos partidos do bloco central e pelo FMI/BCE/UE, sucedem-se em catadupa. De dia para dia a resposta que somos obrigados a dar, na luta que travamos, é cada vez mais exigente.

Uma exigência que impõe mais e mais envolvimento e organização dos trabalhadores no activo e aposentados.

Nesta luta de resistência, em defesa dos mais elementares direitos – afinal o direito a uma vida digna – as estruturas sindicais, onde se incluem os dirigentes, delegados e activistas, assumem um papel insubstituível no esclarecimento, mobilização e organização dos trabalhadores.

Os tempos que correm são difíceis. Muito difíceis mesmo. Mas é nestes momentos em que as organizações sindicais são postas à prova que os quadros sindicais se forjam e as estruturas ficam mais fortes, coesas, solidárias e consequentes na sua acção.

FICHA TÉCNICA

Director: Ana Avoila | **Coordenador de Redacção:** Rui Raposo | **Conselho de Redacção:** Alcides Teles, Ana Avoila, Artur Monteiro, Artur Sequeira, José Manuel Dias e Luís Pesca | **Redacção:** Bruno Carvalho e Rui Raposo | **Design e Impressão:** Regiset | **Fotografia:** Gabinete de Informação da FNSTFPS | **Propriedade:** Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais | Rua Rodrigues Sampaio, 138-3º, 1150-282 Lisboa | Tel: 21 317 24 80 | Fax: 213 172 489 / 213 152 820 | Email: informa@fnsfp.pt | **Periodicidade:** Quadrimestral | **Tiragem:** 5.000 | **Distribuição gratuita** | **Depósito legal:** 3063/89

// EDITORIAL //

É POSSÍVEL VENCÊ-LOS MUDAR DE POLÍTICAS, MUDAR DE GOVERNO



» ANA AVOILA

O GOVERNO PREPARA-SE
TAMBÉM PARA FAZER
O MAIOR DESPEDIMENTO
COLECTIVO DE MILHARES
DE TRABALHADORES,
NO MÍNIMO 50% (CERCA
DE 55 MIL) EM CONTRATO
A TERMO RESOLUTIVO
E EM REGIME DE
NOMEAÇÃO TRANSITÓRIA.
ESTAMOS PERANTE UM
PODER ILEGAL, UM ABUSO
ABSOLUTO DE QUEM METE
A MÃO NAQUILO QUE NÃO
É SEU. A ISTO CHAMA-SE
CRIME E OS TRABALHADORES
IRÃO JULGÁ-LOS(JÁ QUE
A JUSTIÇA NÃO O FAZ).

» O Orçamento de Estado para 2013, é o maior e mais brutal ataque aos direitos laborais e sociais de todos, designadamente os trabalhadores da Função Pública e às populações desde o 25 de Abril. Confirma-se assim que a direita e as políticas de direita têm como objectivo principal retomar as condições que tinham antes da segunda guerra mundial em que existiam estados meramente assistencialistas e miserabilistas e em que se enquadrava o regime fascista em Portugal.

Esta proposta de orçamento votada na generalidade é um verdadeiro assalto fiscal: representa 75% de receitas do rendimento do trabalho, enquanto se mantém aberta para mais benefícios fiscais ao capital financeiro, penalizando brutalmente os salários e pensões com a continuação dos roubos e da redução, por via do aumento do poder de compra e da não actualização há mais de 10 anos. Os roubos dos subsídios de férias e de natal mantém-se afrontando mais uma vez a Constituição da República Portuguesa com o agravamento da carga fiscal, do IRS e da sobretaxa de 4% pelo que os trabalhadores vão ver reduzidos os seus rendimentos.

O Governo prepara-se também para fazer o maior despedimento colectivo de milhares de trabalhadores, no mínimo 50% (cerca de 55 mil) em contrato a termo resolutivo e em regime de nomeação transitória e tem na forja os despedimentos por extinção de posto de trabalho a que pomposamente chama de rescisão por mútuo acordo. Estamos perante um poder ilegal, um abuso absoluto de quem mete a mão naquilo que não é seu. A isto chama-se crime e os trabalhadores irão julgá-los (já que a Justiça não o faz).

As horas extraordinárias se este orçamento for aprovado vão ser um instrumento para o trabalho escravo, ainda não foi votado o “pacotão” que altera o direito laboral na administração pública que entre outras malfeitorias já denunciadas e que prevê o valor do trabalho extraordinário para metade, e agora avançam com mais uma machadada: a redução para 25%.

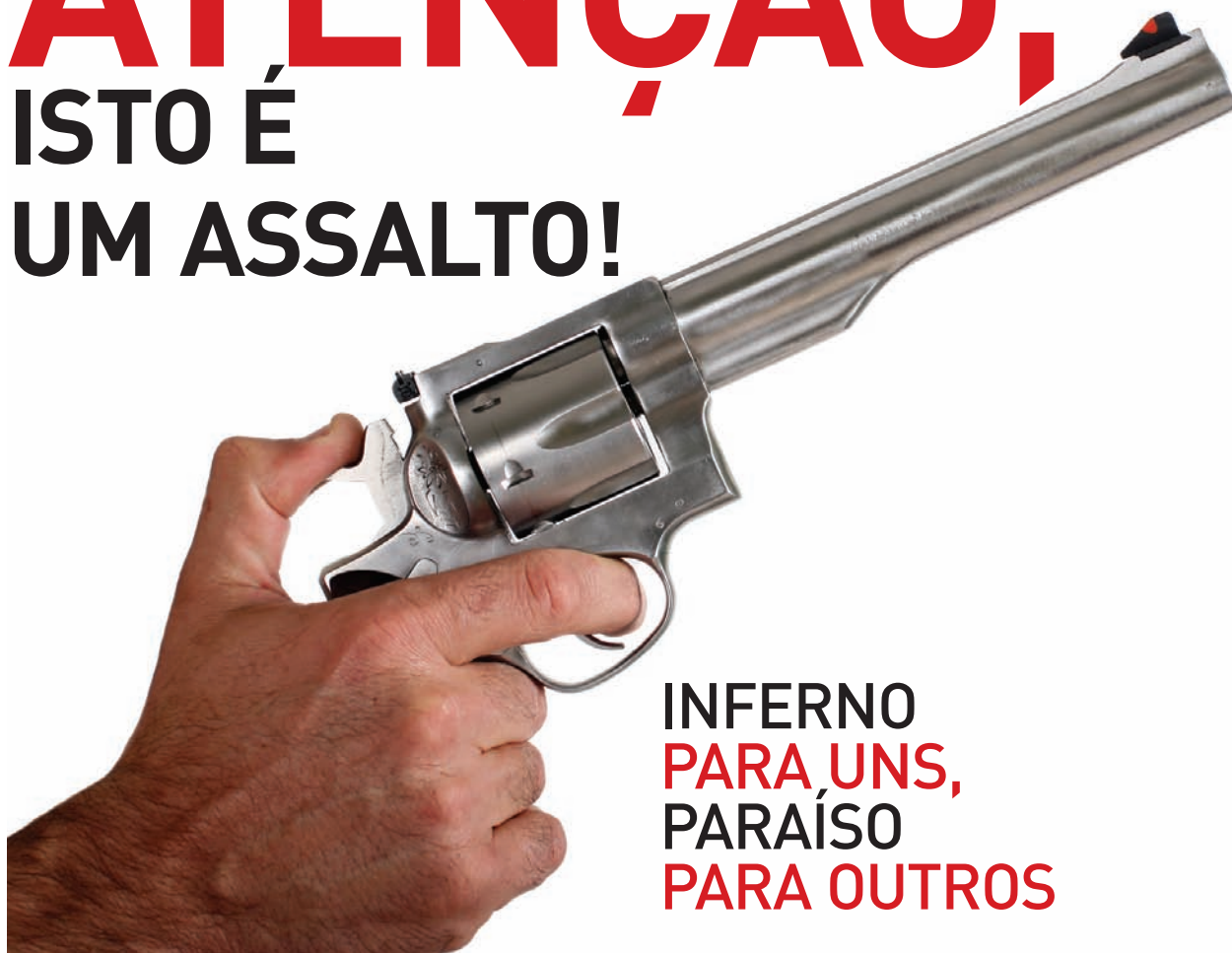
É neste quadro que se impõe uma resposta combativa com determinação e confiança. Os trabalhadores da função pública tem contribuído para a crescente intensificação da luta pela suas reivindicações e por uma política que defenda o povo português duma opressora União Europeia, onde convém não esquecer se insere a “troika” portuguesa PS/PSD/CDS, que explora e empobrece cada vez mais o nosso país, em que mais de 4 milhões vivem no limiar da pobreza e em que os nossos jovens, mulheres e homens são obrigados a emigrar. Temos resistido. Vamos continuar a resistir!

A **GREVE GERAL** é a resposta necessária e mais uma etapa para travar estas políticas. Reafirmamos desde já que qualquer força política que queira defender os trabalhadores e os pensionistas, tem de se comprometer a repor aquilo que foi roubado **NOS SALÁRIOS E NAS PENSÕES, NOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL E NOS DIREITOS.**

VAMOS VENCÊ-LOS E MUDAR DE POLÍTICA

// ACTUALIDADE //

ATENÇÃO, ISTO É UM ASSALTO!



**INFERNO
PARA UNS,
PARAÍSO
PARA OUTROS**

» Os resultados das políticas contidas no memorando da *Troika* estrangeira (FMI, BCE e UE), e subscritas pelo PS, PSD e CDS-PP, conduziram o país, nos últimos dois anos, ao desastre social. O retrato de Portugal é a de um povo esmagado pela violenta agressão de que foi alvo. É nos trabalhadores e nos pensionistas que recai todo o peso das sucessivas medidas apresentadas. Os responsáveis pela crise, os grandes grupos económicos e financeiros, através dos seus governos, primeiro PS e agora PSD/CDS-PP, usam quem trabalha para pagarem a sua dívida. Esta política de saque é acompanhada de uma campanha mediática que visa fazer acreditar que os trabalhadores, durante anos, viveram acima das suas possibilidades. Os mesmos que querem destruir as funções sociais do Estado e atacar os direitos conquistados durante a revolução de Abril são os que desde sempre se aproveitaram do Estado para alimentar as suas empresas e agora para salvar a banca. Só o buraco financeiro criado pelo BPN e resolvido pelo Estado teria dado para pagar quatro subsídios de férias e de Natal aos trabalhadores e pensionistas.

Apesar de Portugal já ser um dos países mais desiguais da Europa essa diferença aprofunda-se. A coligação governamental PSD/CDS-PP, que não se coíbiu de mentir aos eleitores para conquistar a sua simpatia, desatou uma política de terra queimada sem precedentes. A agressão estendeu-se dos trabalhadores da Administração Pública e das autarquias aos do privado e aos pequenos e médios empresários. As políticas das *troikas* nacional e estrangeira atingem já camadas da população que com um salário superior à média começam a sofrer as consequências do programa de empobrecimento geral.

Ao tomar posse, o executivo liderado por Passos Coelho, com o apoio do PS e em larga medida de Cavaco Silva, decidiu manter o país subjugado à *Troika* e transforma-lo num laboratório social nas mãos do ministro das Finanças. Vítor Gaspar, discípulo do economista ultra-liberal Milton Friedman quer fazer em Portugal parte do que o norte-americano fez no Chile do ditador Augusto Pinochet.

Depois da perda de soberania económica, após a entrada na

União Europeia, com a destruição da indústria, das pescas e da agricultura, o país perde ainda mais soberania política sob o garrote da *Troika* e dos partidos que a subscrevem. Enquanto o Governo PSD/CDS-PP apresentava propostas concretas para salvar a banca e as grandes empresas, deixava de lado problemas tão graves como o desemprego. Essa foi a maior proeza de Passos Coelho e Paulo Portas: elevar Portugal ao terceiro lugar do pódio europeu do desemprego e fazer regressar níveis de emigração que não se viam desde a ditadura fascista.

RADIOGRAFIA DA TRAGÉDIA SOCIAL

Desde Junho de 2011, quando o Governo PSD/CDS-PP tomou posse, que a farsa apresentada por Passos Coelho e Paulo Portas tem sido combatida pelos trabalhadores da Administração Pública. Desde o primeiro momento, e como tem sido hábito, foram o primeiro alvo do executivo governamental. Para além de outras medidas que sobrecarregaram os trabalhadores e o povo português, a medida mais dura, e que o Governo negou até ao último momento, foi a retirada, de forma progressiva, aos funcionários públicos dos subsídios de Natal e de férias.

Depois do encarecimento brutal das condições de vida, a já difícil situação da maioria dos trabalhadores agravou-se no sector público. A par de medidas como o aumento dos custos na saúde e na educação, o aumento dos preços dos transportes, o aumento dos preços dos combustíveis, o aumento dos preços do gás e da electricidade e a imposição de portagens nas SCUT largas camadas da população afundaram-se na pobreza.

Nas ruas, o número de sem-abrigo aumentou para níveis alarmantes. As dívidas aos bancos sobre os empréstimos para a compra de habitação dispararam. Das escolas, as notícias sobre crianças que não se alimentam mais do que uma vez chegaram de forma mais frequente aos telejornais. O recurso à substituição é cada vez maior. A taxa de suicídios aumentou e foram registados casos de idosos e doentes terminais cujos trata-

mentos foram recusados por serem caros e por haver pouca probabilidade de sobrevivência. Nas prateleiras das farmácias, começaram a escassear medicamentos fundamentais para doentes crónicos.

É a este retrato do país que o Governo PSD/CDS-PP tem fechado os olhos. Longe da realidade, nos gabinetes ministeriais, sucedem-se as declarações de que a crise está quase no fim. Sucedem declarações de que se não implementarmos mais medidas de austeridade ficaremos como a Grécia. Mas, cada vez que o Governo concretiza novas medidas de ataque aos trabalhadores e ao povo o estado do país fica pior.

O ATAQUE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS É UM ATAQUE À POPULAÇÃO

A política criminoso levada a cabo pelo Governo PSD/CDS-PP e pela *Troika*, com o apoio do PS, não só empobrece os trabalhadores e o povo como lhes retira, num momento de calamidade social, o apoio do Estado e degrada os serviços públicos. Os ataques levados a cabo pelos sucessivos governos contra a Administração Pública e as funções sociais do Estado é também um ajuste de contas com a revolução de Abril.

A redução de funcionários públicos, através da não renovação de contratos, da aposentação e da não abertura de concursos, tem conduzido os serviços a uma situação de ruptura. Os cortes generalizados traduziram-se também na falta de meios materiais, na redução de serviços e na redução da qualidade dos serviços prestados. É este o estado da Administração Pública a quem o executivo de Passos Coelho e Paulo Portas pretende reduzir mais de 40 mil trabalhadores.

Do mesmo modo, o congelamento das progressões e as reduções salariais, também por via da diminuição do valor das horas extraordinárias, e todas as reivindicações sectoriais dos funcionários públicos, são lutas de toda a população em defesa das funções sociais do Estado.



// ACTUALIDADE //



UM ASSALTO CHAMADO ORÇAMENTO

» O Orçamento do Estado para 2013 é, de longe, o mais violento dos que se propuseram até hoje na Assembleia da República desde que se derrotou a ditadura fascista. Durante a apresentação do documento pelo ministro das Finanças, Vítor Gaspar explicou que um dos principais objectivos do Governo PSD/CDS-PP era o de equilibrar os sacrifícios para todos os portugueses. Esta farsa, prontamente desmontada pela Federação e pela CGTP, pretendia iludir sobre a verdadeira natureza da proposta de Orçamento do Estado: o carácter desigual das medidas apresentadas.

CORTES NOS SUBSÍDIOS E AUMENTO DOS IMPOSTOS!

Depois do assalto em 2012, o Governo PSD/CDS-PP não só não devolve o que ilegalmente retirou como rouba o subsídio de férias. O subsídio de Natal, em 2013, será dividido e integrado na remuneração base de cada mês. Mas o executivo de Passos Coelho e Paulo Portas pretende também retirar o subsídio de

Natal com a aplicação de uma sobretaxa de 4% a todos os trabalhadores. Esta medida pretende de forma cosmética dar a ideia de que os salários são superiores, de que não se retira um dos subsídios, para esconder a sobretaxa.

Para além da sobretaxa mensal de 4%, o violento aumento da carga fiscal é de 14,5% até sete mil euros e de 48% a partir de 80 mil euros. Comparativamente, a redução dos escalões de oito para cinco penalizam a maioria dos trabalhadores em detrimento da minoria que tem rendimentos extraordinários. Com estas medidas, o Governo PSD/CDS-PP espera recolher 65% da receita total, 2,810 milhões de euros, para reduzir o défice. É o maior aumento de impostos de que há memória.

Salários a baixar e o custo de vida a aumentar!

O Governo PSD/CDS-PP pretende reduzir ainda mais os salários com a redução para 1/4 do pagamento do trabalho extraordinário, com cortes nos abonos para falhas e nas ajudas de custo.



O pagamento do trabalho nos feriados cai de 50% para 25%. Também vai propor que só se pague o subsídio de doença a partir do quarto dia.

O MAIOR DESPEDIMENTO COLECTIVO

Um dos maiores ataques às funções sociais do Estado vai acontecer se o Governo PSD/CDS-PP conseguir aprovar a medida que levará ao maior despedimento colectivo de sempre. Quando a saúde, a educação, a segurança social e muitos outros sectores de deparam com falta de trabalhadores, o executivo de Passos Coelho e Paulo Portas pretende despedir mais de 40 mil funcionários públicos a contrato durante o próximo ano. Para os futuros desempregados, o Governo PSD/CDS-PP já propôs uma redução de 6% no subsídio de desemprego. Esta realidade convive com a precariedade e com contratos a termo, à hora, trabalho temporário e Contratos de Emprego e Inserção Social (CEIS).

TRABALHAR ATÉ MORRER

Sem qualquer respeito pela “negociação colectiva” e pelas expectativas dos trabalhadores, o executivo governamental decidiu aumentar a idade de aposentação para os 65 anos já para o próximo ano quando estava previsto acontecer só em 2015. O Governo PSD/CDS-PP pretende também diminuir as pensões aos trabalhadores da Administração Pública entre 5% e 6%, o

que significa em média uma redução de 70 euros alterando a fórmula de cálculo. Os pensionistas sofrem cortes que começam em 3,5% a partir dos 1350 euros e de 16% a partir de 1800 euros.

ATAQUE GENERALIZADO AOS TRABALHADORES

Para além destas medidas que atacam principalmente os trabalhadores da Administração Pública, a coligação governamental propõe um conjunto de medidas que vai agravar as condições de vida da maioria dos portugueses. Aumenta o imposto petrolífero que vai encarecer os combustíveis, pretende a privatização da TAP, da ANA e dos CTT, pondo sectores estratégicos nas mãos dos privados, propõe que as Regiões Autónomas recebam menos seis milhões de euros e sugere o corte para metade das deduções com crédito à habitação no IRS.

O corte também é para a maioria dos ministérios que verão a sua intervenção posta em causa. Sectores-chave como o da saúde, educação e segurança social são alvo uma vez mais do desinvestimento. Curiosamente, os únicos que aumentam o investimento estatal são aqueles que têm entre as suas funções assegurar a ordem pública e a defesa nacional. Este Orçamento do Estado para 2013 é um assalto aos bolsos dos trabalhadores e promove os responsáveis pela grave crise económica e financeira em que vivemos.

// OPINIÃO //

A AUSTERIDADE QUE TEM ATINGIDO OS TRABALHADORES E OS APOSENTADOS DA FUNÇÃO TEM SERVIDO TAMBÉM PARA PÁGAR JUROS LEONINOS AOS CREDORES

EM 2012, SEGUNDO O RELATÓRIO DO OE-2012, A REDUÇÃO COM AS DESPESAS COM PESSOAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS ATINGIU 2.694 MILHÕES €, SENDO 1.800 MILHÕES € RESULTANTES DO CORTE DE SALÁRIOS E DO CONFISCO DE SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL. **AOS APOSENTADOS O GOVERNO APROPRIOU-SE DE MAIS 800 MILHÕES € ATRAVÉS DO CONFISCO DO SUBSÍDIO DE FÉRIAS E DO NATAL E DE CERCA DE 400 MILHÕES € RESULTANTE DO NÃO CUMPRIMENTO DA LEI SOBRE A ATUALIZAÇÃO DAS PENSÕES.**



EUGÉNIO ROSA
ECONOMISTA – COORDENADOR
DO GABINETE TÉCNICO DA FNSTFPS

» A política dita de “austeridade” que é, neste momento, uma política de destruição da economia e das condições de vida dos portugueses tem atingido, de uma forma extremamente violenta, os trabalhadores e os aposentados da Função Pública. Esta política tem-se traduzido na redução das suas remunerações ou pensões líquidas nominais através do congelamento e cortes de remunerações e pensões, do confisco do subsídio de férias e do Natal, agravada pelo aumento contínuo dos preços. Enquanto isto acontece os juros pagos aos credores e a dívida pública dispararam. Entre 2010 e 2012, ou seja com este governo e a “troika” os juros pagos pelo Estado português aumentaram de 4.936 milhões € para 7.523 milhões € (+52,4%) e a Dívida Pública aumentou de 161 529,9 milhões € para 198.100 milhões € (+22,6). E a previsão para 2013 é que continuem a aumentar. Para os credores internacionais e nacionais, que são os grandes grupos financeiros (bancos e fundos) e para os governos dos países da U.E. e para o FMI, a dívida portuguesa e os juros leoninos que são pagos por ela transformou-se num negócio altamente lucrativo. É um escândalo que a banca portuguesa e internacional obtenha empréstimos junto do BCE a uma taxa inferior a 1%, e depois empresta ao Estado português com taxas de juros que variam entre 3% e 10%, e que os Estados, como Portugal, não se possam financiar diretamente junto do BCE pagando taxas de juros 3 a 10 vezes inferiores.

Tudo isto tem sido feito à custa de imensos sacrifícios impostos aos trabalhadores e pensionistas e, de uma forma muito violenta, aos trabalhadores e aposentados da Função Pública, pois o que é tirado aos trabalhadores e pensionistas é depois utilizado para pagar estes juros leoninos.

Em 2012, segundo o relatório do OE-2012, a redução com as despesas com pessoal das Administrações Públicas atingiu 2.694 milhões €, sendo 1.800 milhões € resultantes do corte de salários e do confisco de subsídios de férias e Natal. Aos aposentados o governo apropriou-se de mais 800 milhões € através do confisco do subsídio de férias e do Natal e de cerca de 400 milhões € resultante do não cumprimento da lei sobre

a atualização das pensões. Somando todos estes cortes, o governo prevê apropriar-se de quase 3.900 milhões €. Em 2013, o governo tenciona manter os cortes de remunerações, aplicá-la aos aposentados, e apropriar-se de 100% do subsídio de férias dos trabalhadores e de 90% dos aposentados (1360 milhões €) em clara violação do acórdão do Tribunal Constitucional; e mantém o congelamento das remunerações (“poupa” 340 milhões € só em 2013).

E são estas remunerações e subsídios confiscados aos trabalhadores e pensionistas e, em particular, aos da Função Pública, que depois são utilizada também no pagamento daqueles juros exorbitantes.

E é com mesmos objetivos que o governo pretende alterar novamente o Estatuto da Aposentação aumentado já em 2013 a idade de aposentação para 65 anos, quando isso só devia acontecer em 2015, e alterando a formula de cálculo da pensão o que reduzirá a pensão correspondente ao tempo de serviço até 2005 (P1) entre 5% e 6%. Este governo pretende empurrar milhares de trabalhadores para a aposentação prematura ou então despedi-los, como já anunciou em relação aos 83.000 trabalhadores com contratos a prazo, com o propósito de provocar a degradação dos serviços públicos, pois sem trabalhadores não existem serviços públicos, para depois os entregar a grupos privados. E ao mesmo tempo que ameaça milhares de trabalhadores da Administração com despedimentos, a CGA, fazendo uma interpretação abusiva da lei que viola a própria lei, ameaça os trabalhadores que forem despedidos ou que saiam da Administração Pública, e que não se aposentem imediatamente, ou por não quererem ou por não terem ainda a idade para o poder fazer, que quando se reformarem a sua pensão,

correspondente ao tempo de serviço que estiveram na Administração Pública, será calculada utilizando as remunerações que receberam sem qualquer revalorização, o que determinará uma pensão muito reduzida e dasatualizada. Esta interpretação abusiva da lei pela CGA, que viola a própria lei, é contrária à que é aplicada aos subscritores da CGA quando se aposentam e é também contrária ao que a Segurança Social faz quando um trabalhador, passa do setor privado para a Administração Pública: quando se aposenta a pensão correspondente ao tempo de serviço que esteve no setor privado é calculada pela Segurança Social com base em salários revalorizados e não da forma como CGA está a fazer lesando gravemente muitos trabalhadores e muitos mais no futuro.

A juntar a isto há ainda o corte significativo nas remunerações e pensões em 2013, através do aumento brutal dos impostos. O quadro 1, mostra os efeitos devastadores para os trabalhadores da Função Pública do aumento brutal da carga fiscal no próximo ano. Apesar da “reposição” do subsídio de Natal, pago em duodécimos, os trabalhadores da Função Pública receberão em 2013 mensalmente ou menos do que receberam em 2012, ou alguns terão um aumento irrisório. No entanto, a situação ainda poderá ser pior que a constante do quadro pois os valores dele foram calculados, embora utilizando os dados divulgados pela DGAEP, mas apenas para um trabalhador solteiro e sem filhos. E para além do aumento das taxas de IRS também se verificará, em 2013, diminuição das deduções (por ex., a dedução no IRS dos juros do crédito à habitação é reduzida para metade). Para saber com mais rigor o aumento de IRS que sofrerá em 2013 poderá utilizar os simuladores que estão disponíveis em www.eugeniorosa.com, na pasta “CGA”.

QUADRO I

REMUNERAÇÃO LIQUIDA DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA EM 2012 E 2013 (A DE 2013 INCLUI DUODÉCIMO DO SUBSÍDIO NATAL, E O CÁLCULO FOI FEITO PARA UM TRABALHADOR NÃO CASADO E SEM FILHOS)

CARGO/ CARREIRA/ GRUPO	REMUNERAÇÃO BASE MÉDIA EUROS	GANHO MÉDIO (NÃO INCLUI SUBSÍDIO. REFEIÇÃO) EUROS	REMUNERAÇÃO LIQUIDA MENSAL 2012 (12 MESES) EUROS	REMUNERAÇÃO LIQUIDA MENSAL 2013 (12 MESES) QUE INCLUI DUODÉCIMO SUB. NATAL EUROS	REDUÇÃO NOMINAL REMUNERAÇÃO LIQUIDA MENSAL EM 2013 RELATIVAMENTE À DE 2012 EUROS
Média	1.394,4	1.492,8	1.134,5	1.125,0	-9,5
Dirigente superior	3.478,9	4.098,7	2.605,4	2.413,2	-192,2
Dirigente intermédio	2.471,5	2.794,5	1.889,4	1.814,4	-75,0
Técnico Superior	1.610,1	1.660,1	1.234,6	1.227,9	-6,7
Assistente técnico	935,3	974,6	798,9	816,7	17,7
Assistente operacional	621,7	655,0	560,2	584,8	24,5
Informático	1.683,8	1.731,2	1.279,4	1.270,8	-8,6
Pes. Investigação Científica	3.094,5	3.102,2	2.013,3	1.985,5	-27,8
Inspeção	1.998,1	2.239,0	1.587,7	1.534,8	-52,9
Médico	2.904,3	3.664,7	2.398,8	2.223,5	-175,4
Enfermeiro	1.364,4	1.539,5	1.173,4	1.149,2	-24,3
Téc. Diagnóstico e Terap.	1.331,0	1.384,6	1.060,5	1.062,3	1,8
Técnico Sup. Saúde	1.814,9	1.844,4	1.349,0	1.339,7	-9,3
Ad. Tributária e Aduaneira	1.802,2	1.898,8	1.391,6	1.367,9	-23,7
Oficial de Justiça	1.386,4	1.530,6	1.164,0	1.145,4	-18,6
Polícia Municipal	932,0	1.295,0	1.041,3	992,8	-48,5

// ACTUALIDADE //



A RESPOSTA À AGRESSÃO TEM NOME: GREVE GERAL

» Depois do anúncio, em Setembro, por parte do Governo PSD/CDS-PP, de um novo pacote de medidas de austeridade, os trabalhadores e a população perderam a paciência. Desde Maio de 2011, que PS, PSD e CDS-PP, em colaboração com a *Troika* (FMI, BCE e UE), passaram aos trabalhadores um recibo cada vez maior do que teriam de pagar pelas dívidas dos grandes grupos económicos e financeiros. Dois anos e meio depois, Portugal vive num estado de grave crise social.

As medidas anunciadas em Outubro no âmbito da apresentação do Orçamento do Estado para 2013 representaram uma escalada na agressão do Governo PSD/CDS-PP aos trabalhadores e ao povo. Depois das mobilizações massivas, das quais se destacou a acção nacional da CGTP que juntou, pela segunda vez, centenas de milhares de pessoas no Terreiro do Paço, nem o recuo na Taxa Social Única (TSU) ensaiado pelo executivo lid-

erado por Pedro Passos Coelho conseguiu esvaziar os protestos. À frente de uma maré humana sem precedentes, no Terreiro do Paço, o secretário-geral da CGTP Arménio Carlos, perguntou aos trabalhadores se estavam de acordo que o Conselho Nacional da central sindical discutisse a proposta de uma greve geral. A resposta foi uníssona: centenas de milhares de trabalhadores gritaram "greve geral" e "a luta continua". Foi desta forma, que poucas semanas depois, o Conselho Nacional da CGTP deu corpo à vontade da maioria dos trabalhadores convocando-a para 14 de Novembro.

GREVE GERAL É DE TODOS!

Esta é uma greve na qual podem e devem participar todos os trabalhadores do sector público ao sector privado. O aviso-prévio de greve apresentado pela CGTP abrange todos os traba-

lhadores portugueses que podem ou não estar sindicalizados. Mas, também a Federação já emitiu um aviso-prévio adaptado às condições específicas de sector. Para a maioria, a greve geral começa a partir da meia-noite mas para os que trabalham por turnos ela começa na hora de início do turno que tem a maior parte da sua duração no dia da greve geral.

Até ao dia da greve geral, a mobilização é fundamental. Perante o desastre social em que se encontra o país, só a luta pode fazer recuar o Governo PSD/CDS-PP. Portugal não pode continuar subjugado a uma coligação governamental que, assumindo a sua natureza de classe ao serviço do grande capital, assenta a sua governação no agravamento dos sacrifícios impostos aos trabalhadores e ao povo português.

A greve geral é de quem trabalha mas outras camadas da população poderão participar nas concentrações e acções de protesto que terão lugar no dia da paralisação. Os reformados, pensionistas, os desempregados, os estudantes e outros sectores e camadas da população poderão também dar cor ao protesto de quem trabalha. Parar o sector público e privado, encher as praças e avenidas do país e fazer da greve geral uma resposta à altura dos ataques desferidos contra os trabalhadores e o povo. É hora de acabar com esta política e este Governo antes que este Governo e esta política acabem com o país.

A FEDERAÇÃO TAMBÉM PREPARA A GREVE GERAL!

De norte a sul do país, as concentrações, manifestações e greves sectoriais sucedem-se. A contestação que já não tinha fechado para férias no Verão intensificou-se nos últimos dois meses. Para o aumento da agitação social, os trabalhadores da Administração Pública têm dado um contributo importante. Nas acções sectoriais, nos locais de trabalho, ou nas acções mais gerais, em conjunto com outros trabalhadores, os funcionários pú-

blicos têm mostrado que rejeitam esta política e este Governo.

As chefias e as administrações, a mando do Governo, tentarão, uma vez mais, demover e amedrontar quem participar na greve geral. Mas é um direito conquistado pelos trabalhadores a possibilidade de não trabalharem em protesto por uma vida melhor. A coragem e a união dos trabalhadores da Administração Pública deve servir de muralha contra o medo e a repressão.

A presença indispensável dos sindicatos que compõem a Federação junto dos trabalhadores é fundamental para o sucesso da greve geral na Administração Pública. Se todos se comprometerem a trabalhar para mobilizar os colegas, familiares e amigos contra o roubo aos trabalhadores e à população em geral esta forma superior de luta pode atingir dimensões históricas.

OUTROS PAÍSES SEGUEM O EXEMPLO DE PORTUGAL

Centrais sindicais de vários países europeus decidiram convocar uma greve geral para o mesmo dia da paralisação portuguesa. Até ao momento, a 14 de Novembro, vão parar os trabalhadores de Espanha, do Chipre e de Malta. No caso do Estado espanhol, a convocatória é feita pelas Comisiones Obreras e pela UGT. Nesse mesmo dia, a Confederação Europeia de Sindicatos tem convocada uma Jornada de Acção de Solidariedade por um Contrato Social para a Europa. Esta convocatória assumirá, nos diversos países, diferentes formas: greves, manifestações, concentrações e outras acções.

Por toda a Europa, os trabalhadores e os povos lutam contra os sucessivos ataques dos grandes grupos económicos e financeiros, apoiados pelos Estados mais poderosos, e aos quais se subjugam uma parte dos Estados com menos força. A destruição dos direitos sociais e a pesada factura que em nome da crise é imposta aos trabalhadores têm elevado a consciência social e a luta a patamares que há muito não se viam na Europa.



//ACTUALIDADE//

PR 2013

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DIFERENTE

AS PROPOSTAS SÃO CONCRETAS E FUNDAMENTADAS. SÃO UM TRAVÃO AO RETROCESSO SOCIAL E CIVILIZACIONAL QUE ESTÁ EM CURSO, QUE VISA ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE BENEFICIAR O GRANDE CAPITAL, DESTRUINDO OS DIREITOS DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO. FORAM ENTREGUES AO GOVERNO, EM SETEMBRO, PELA FRENTE COMUM E POR ELAS VALE A PENA LUTAR. UMA LUTA QUE NÃO SERÁ FÁCIL. MAS, AFINAL, NOS TEMPOS QUE CORREM QUAL A LUTA QUE NÃO É DIFÍCIL PARA OS TRABALHADORES?

O QUE A PR/2013 CONTÉM É CONCRETO, É VERDADEIRO E É POSSÍVEL DE ALCANÇAR. AS LUTAS JÁ DESENVOLVIDAS, A 22 DE JUNHO, A 29 DE SETEMBRO E A 31 DE OUTUBRO OU A GREVE GERAL, A 14 DE NOVEMBRO, TODAS ELAS SÃO CONTRIBUTOS PARA TRANSFORMAR AS PROPOSTAS DA PR EM OBJECTIVOS ALCANÇADOS. MUITO DEPENDE DO NOSSO EMPENHO E PARTICIPAÇÃO.





AS PROPOSTAS DE SALÁRIOS E PENSÕES DA PR/2013

- » Recuperação dos valores roubados dos salários, subsídios e pensões em 2011 e 2012;
- » Atualização dos salários e pensões de forma a compensar os brutais aumentos das despesas familiares, desde 1 de Janeiro de 2011, o que determina um aumento de 47 euros;

- » Atualização do subsídio de refeição para € 6,50;
- » Fixação da pensão de sobrevivência em 65% da pensão do cônjuge falecido, tal como se verifica no regime geral;
- » Atualização das restantes prestações pecuniárias na percentagem do valor da inflação.



OUTRAS PROPOSTAS DA PR/2013

- » Destacam-se em matéria de EMPREGO, a exigência de atribuição do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores da Administração Pública; a regularização dos vínculos precários (contratos a termo, certo e incerto, parcial, à hora, temporário e CEIS) que correspondam a necessidades permanentes de serviço; a reintegração nos serviços dos trabalhadores colocados na mobilidade especial.

Relativamente a HORÁRIOS, destacam-se as exigências de aplicação dos regimes de horários estabelecidos no Decreto-Lei

nº259/98, de 18 de Agosto e de reposição do horário de trabalho nocturno entre as 20 horas e as 7 horas do dia seguinte. Consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo para todos os trabalhadores da Administração Pública, independentemente do vínculo contratual, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários. Revisão do SIADAP, estabelecendo um sistema de avaliação de desempenho sem "quotas", que tenha em conta o interesse público e o desenvolvimento profissional dos trabalhadores e não promova a discriminação.

//ACTUALIDADE//

CÓDIGO DO TRABALHO AGRAVADO PARA OS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A PROPOSTA DE LEI Nº81/XII DO GOVERNO QUE NESTA ALTURA A MAIORIA PSD/CDS PROVAVELMENTE JÁ APROVOU NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, TEM POR OBJECTIVO APLICAR AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA AS MEDIDAS ANTI-LABORAIS ACORDADAS ENTRE A “TROIKA” E O GOVERNO PORTUGUÊS, COM O APOIO DO PATRONATO E DA UGT. **TRATA-SE DE UMA VERSÃO AGRAVADA DA REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO, APROVADA PELA LEI 23/2012, DE 25 DE JUNHO QUE REPRESENTA UM GRAVE RETROCESSO LABORAL, SOCIAL E CIVILIZACIONAL.**

» O conjunto de medidas que alteram diversa legislação laboral da Administração Pública contrariam, como é posição da nossa Federação, “o próprio sentido e razão de ser do direito do trabalho e a Constituição da República Portuguesa”.

Em concreto, o que poderá já ter sido alterado na Lei de Vínculos Carreiras e Remunerações (Lei nº12-A/2008), no Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Lei nº59/2008, de 11 de Setembro) e no Decreto-Lei nº259/98, de 18 de Agosto?

Um primeiro aspecto relaciona-se com a mobilidade, ao ser alterado o artº61º da Lei nº12-A/2008 e ao ser introduzido um novo artigo 61-A. As alterações que o governo visa introduzir afrontam o princípio constitucional da “organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a

realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar”.

Deste modo, alarga-se a possibilidade de os trabalhadores serem deslocados, sem o seu acordo, para os concelhos que confinam com as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e também para os concelhos limítrofes daquele onde o trabalhador reside ou presta serviço, até uma distância de 60Km. Mas não só, já que é eliminada a impossibilidade de haver deslocação imposta quando as despesas mensais com a mesma forem superiores a 8% e o tempo gasto for acima de 25% do horário de trabalho diário.

As garantias para os trabalhadores são literalmente eliminadas, porquanto as decisões dos dirigentes serão descricionárias. Ain-





da que esteja prevista a invocação de prejuízo sério por parte do trabalhador e que este fique demonstrado, tal não impede que o dirigente venha a impor do mesmo modo a mobilidade. O caso mais gritante é o da supressão da classificação de “relevante”, anteriormente considerada para afastar um trabalhador da hipótese de ser deslocado, nos casos em que aquele comprovava prejuízo sério pela situação laboral do conjuge, “sucesso escolar dos descendentes” ou “a saúde do próprio, descendentes ou ascendentes a cargo” com necessidade de permanente acompanhamento.

Para além da mobilidade definitiva, foi ainda introduzido um novo conceito de mobilidade interna temporária, por um ano, com ajudas de custo (vejam-se as reduções nas tabelas que o governo pretende impor na lei do Orçamento do Estado para 2013), para qualquer ponto do território nacional. Também aqui, a ausência de garantias para evitar uma deslocação à força são por demais evidentes.

Outra das alterações reporta-se ao Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (L59/2008) e tem a ver com a adaptabilidade (individual e grupal) e o banco de horas (individual e grupal). Com esta alteração o governo desregulamenta por completo a vida familiar e profissional do trabalhador. É um claro meio de repressão e chantagem. Tendo em conta a significativa redução de efectivos nos serviços, o governo pretende ter à sua disposição mecanismos (como este) que permitam o sistemático recurso ao trabalho extraordinário sem direito a compensação, pondo em causa a actual duração diária e semanal de trabalho.

Ao anunciar, no quadro das medidas que a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2013 contém, a redução de 50% dos trabalhadores com contrato a termo certo e incerto na Administração Pública, percebe-se facilmente porque razão o governo propôs à Assembleia da República a redução do valor das compensações pela caducidade daqueles contratos.

O valor da compensação pela caducidade dos contratos a termo certo passará de 24 para 20 dias e no caso dos contratos a termo incerto passará de 36 para 20, com limites que anteriormente não existiam. Por um lado, a compensação não poderá corresponder a uma remuneração base mensal, mais que 20 vezes o rendimento mínimo mensal garantido; e, por outro, o montante global da compensação, não poderá exceder 12 vezes a remuneração base mensal.

Quer neste caso, quer na cessação por mútuo acordo que o governo quer agora regulamentar, fica evidente que as condições são mais gravosas que as introduzidas nas alterações ao Código do Trabalho. Neste último caso, procura-se obrigar o trabalhador a aceitar uma compensação com um tecto máximo de 48.500€, pela rescisão do contrato. Estamos em presença de um despedimento “encapotado e a baixo custo” como refere a Federação no parecer entregue na Assembleia da República.

Será também alvo de alterações, com evidente prejuízo para os trabalhadores, o trabalho extraordinário, cujo descanso compensatório, excepto no dia de descanso semanal obrigatório, é eliminado, ao mesmo tempo que será reduzido para metade o acréscimo pela prestação de trabalho extraordinário, quer em dia normal, quer em dia de descanso semanal e em feriado.

Relativamente aos trabalhadores com vínculo de nomeação, também são atacados os seus direitos, no que toca à compensação pelo trabalho extraordinário nocturno que deixa de ser especificamente bonificado e altera conceito de trabalho nocturno reduzindo-o em duas horas (das 22 às 7 do dia seguinte). É, igualmente, reduzida a compensação pelo trabalho prestado em dia de descanso semanal que passará de 2 vezes o valor da remuneração horária, para apenas 1,5.

Dois últimos aspectos merecem destaque: a eliminação de 4 feriados, ou 5, se se contar com a terça-feira de Carnaval; e, em relação ao Estatuto do Trabalhador-Estudante, a eliminação da possibilidade de utilização de até 6 horas semanais, para frequência de aulas.

//ACTUALIDADE//

REVISÃO DO CÓDIGO DO TRABALHO EM COLISÃO COM O TRABALHO DIGNO

AS ALTERAÇÕES VERIFICADAS NOS REGIMES DOS BANCOS DE HORAS INDIVIDUAL E GRUPAL, SÃO ESTABELECIDAS NO EXCLUSIVO INTERESSE DA ENTIDADE EMPREGADORA, SEM LEVAR EM CONTA OS INTERESSES PESSOAIS E FAMILIARES DOS TRABALHADORES.

ESTES REGIMES PODEM SER IMPOSTOS À REVELIA DA VONTADE DOS TRABALHADORES, NUMA VIOLAÇÃO CLARA DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS.



Várias das disposições desta alteração ao Código do Trabalho apresentam inconstitucionalidades quanto à garantia da segurança no emprego, ao direito à negociação colectiva, ao direito ao trabalho, aos direitos dos trabalhadores, como no caso do direito à re-

tribuição do trabalho segundo a quantidade, natureza e qualidade e do direito à conciliação da actividade profissional com a vida familiar.

As alterações verificadas nos regimes dos bancos de horas individual e grupal, são estabelecidas no exclusivo interesse da entidade empregadora, sem levar em conta os interesses pessoais e familiares dos trabalhadores. Estes regimes podem ser impostos à revelia da vontade dos trabalhadores, numa violação clara dos princípios constitucionais.

Com estas alterações ao Código do Trabalho fica escancarada a porta para a realização de despedimentos arbitrários ou sustentados na simples conveniência da entidade empregadora, já que o despedimento por extinção do posto de trabalho pode ser concretizado com a dispensa da verificação de alterações tecnológicas no posto de trabalho.

Uma referência ainda para o ataque ao exercício da autonomia e da liberdade negociais inerentes ao direito fundamental de contratação colectiva, quando a alteração ao Código do Trabalho anula ou reduz o efeito de cláusulas de convenções colectivas anterior-

mente acordadas entre associações sindicais e patronais.

As alterações introduzidas no Código do Trabalho pela Lei nº23/2012, pelas gravíssimas implicações que têm para todos os trabalhadores do contrato individual de trabalho, onde se incluem os das IPSS, Misericórdias e Ensino Particular e Cooperativo, determinam a necessidade da sua mobilização e luta em defesa dos seus direitos, consagrados nas actuais convenções colectivas de trabalho.

» A Lei nº23/2012 que contém a revisão do Código do Trabalho, publicada em Junho passado, é uma afronta aos direitos dos trabalhadores, colide com a Constituição da República e viola princípios fundamentais do trabalho digno.

O que fica directamente em causa é o conceito de direito ao trabalho, reduzido ao direito de trabalhar pelo preço que quiserem pagar e pelas condições que quiserem impor, mesmo o de trabalho forçado.



DESEMPREGO EM PORTUGAL: OS ROSTOS DE UMA TRAGÉDIA

» O Governo decidiu propôr, através do Orçamento do Estado para 2013, a rescisão com dezenas de milhares de trabalhadores contratados a termo ou com nomeação transitória e impor a caducidade obrigatória de todos os contratos a termo no próximo ano. Esta decisão que representa um despedimento em massa pode vir a transformar-se no maior despedimento de que há memória. Será, sem dúvida, um dos mais importantes ataques aos serviços públicos e à sua qualidade. Defender quem trabalha na Administração Pública é também defender o Estado social. O desemprego é uma das faces mais trágicas das políticas de agressão aos trabalhadores e ao povo. Desde que o PS, PSD e CDS-PP assinaram com a *Troika* o memorando, centenas de milhares de portugueses perderam o trabalho. Nunca na história do país o desemprego atingiu valores tão elevados. Neste momento, há quase um milhão e meio de trabalhadores desempregados. Na União Europeia, Portugal só é ultrapassado pela Espanha e pela Grécia. Segundo dados do próprio governo, no próximo ano, 16,4% da população activa vai estar desempregada. À tragédia do desemprego acrescenta-se a redução dos apoios a quem fica sem trabalho. Para além do quase meio milhão de desempregados inscritos nos Centros de Emprego sem qualquer subsídio, o Governo decidiu não só reduzir o valor mas também a validade dos subsídios de desemprego. Em colaboração com o patronato, o PS e a UGT, o executivo PSD/CDS-PP impôs aos trabalhadores a flexibilização dos despedimentos ao mesmo tempo que lhes reduziu as indemnizações.

É esta a realidade que bateu à porta de famílias inteiras que, em desespero, se batem para sobreviver. Perante a indiferença do Governo e da *Troika*, muitos dos que contribuíram para o avanço da economia nacional são agora forçados a emigrar. Assustado-

ramente, os níveis de emigração assemelham-se aos da década de 60 quando, em pleno fascismo, dezenas de milhares de portugueses escolhiam este caminho para fugir à pobreza e à ditadura. São estas mulheres e homens com nome e rosto, e não os banqueiros e os grandes empresários, que são penalizados. Aos responsáveis pela crise não se passa factura.

CGTP EM MARCHA CONTRA O DESEMPREGO

Entre 5 a 13 de Outubro, dezenas de milhares de trabalhadores participaram na Marcha contra o Desemprego que atravessou o país. Duas colunas de trabalhadores com e sem emprego partiram do Algarve e do Minho rumo a Lisboa. Durante nove dias, a acção de protesto recebeu o apoio e o entusiasmo popular. Por onde passavam, a pé, as colunas contactavam com outros trabalhadores e transmitiam-lhe as suas propostas e objectivos. Foram centenas as empresas por onde a Marcha passou e, em muitas delas, os trabalhadores decidiram juntar-se ao protesto contra o desemprego. Entre os muitos momentos marcantes, um dos que fica para a memória é o desfile das tochas à passagem pela ponte de Vila Franca de Xira. A chegada às regiões de Lisboa e de Setúbal também foi marcada pela adesão massiva dos trabalhadores e das populações. A identificação com as causas do protesto foi o principal motor da Marcha contra o Desemprego. A união das duas colunas deu-se no centro da capital lisboeta donde se marchou até à Assembleia da República. A partir da Praça da Figueira, marchantes do norte e do sul caminharam ao lado de dezenas e dezenas de milhares de trabalhadores numa torrente que desaguou em frente a São Bento. Foi um final merecido para todos os que atravessaram o país e deram rosto a um dos problemas mais graves com que se debate o país.

// 10º CONGRESSO //



REAFIRMAÇÃO DE UM PRESENTE DE LUTA E DE CONVICÇÃO NUM FUTURO MELHOR

» O 10º Congresso da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, foi realizado em 30 e 31 de Maio passado, “num momento particularmente grave no nosso país marcado por uma ofensiva sem precedentes contra os trabalhadores e com perda de soberania e do próprio regime democrático saído da revolução de Abril”, como se refere na Resolução Para a Acção Imediata, aprovada no final. Um quadro particularmente grave, traçado rigorosamente no Programa de Acção, onde estão reflectidos os problemas dos trabalhadores da Administração Pública e dela própria, fruto das políticas de direita de sucessivos governos, agravados com o actual, numa ofensiva ímpar contra os seus direitos e as funções sociais do Estado.

Mas este Congresso, com a participação de 220 delegados dos quatro sindicatos que compõem a Federação, não se ficou por diagnosticar a situação. Avançou com propostas muito concretas para a resolução dos problemas existentes, quer de âmbito geral, quer sectorial, com base numa premissa fundamental – só com novas políticas será possível alterar a actual situação. E deste modo, aprovou as orientações necessárias para que a nova Direcção Nacional eleita leve por diante a sua acção, reforçando e adaptando a organização sindical à presente realidade. Como se afirma no Programa de Acção aprovado, é objectivo da Direcção Nacional, consolidar a Federação “*como a estrutura aglutinadora e dinamizadora da acção reivindicativa desenvolvida pelos trabalhadores por si representados*”.

A NOVA DIRECÇÃO NACIONAL

Alcides Rocha Teles, Ana Gomes Avoila, Ana Chelo do Amaral, Ana Passos Rocha, António Macário Monteiro, Artur José Sequeira, Artur José Monteiro, Elisa Pinto, João Decq Motta, João Lourenço, José Manual Dias, Júlio Velez, Luís Esteves, Luís Correia Pesca, Luísa Catarina Simão, Maria do Céu Monteiro, Maria de Lurdes Ribeiro, Paula dos Anjos Bravo, Paulo Trindade, Rosa Maria Ribeiro.



DELEGAÇÕES ESTRANGEIRAS PRESENTES NO CONGRESSO DA FNSFP

» Uma das características do 10º Congresso da FNSFP foi a alegria e o orgulho estampados nos rostos de quem trabalha e luta todos os dias. Entre as muitas caras que se puderam ver no Congresso estavam também a dos que trabalham e lutam

todos os dias noutros pontos do mundo. Eleitos nos seus países como representantes e dirigentes sindicais trouxeram a Lisboa a saudação e a solidariedade dos trabalhadores da função pública de outras paragens. Dois deles conversaram com a FP.

MARIA CARMEN LOPES, GALIZA

É a secretária nacional da Federação da Administração Pública da Confederação Intersindical Galega (CIG). Diz que a crise "afecta muito a Galiza". Um dos sectores mais afectados é o comércio. Só nos últimos dois anos, a CIG já realizou duas greves gerais. Maria Carmen Lopes explica que os sindicalistas galegos da CIG trabalham de modo assembleário, participativo e assentam a sua actividade "na mobilização social através da luta nas ruas e nos locais de trabalho". Está contente com o apoio cada vez maior dos trabalhadores galegos à CIG e condena o silenciamento que os media fazem do trabalho e da luta sindical. Termina a conversa explicando que o Congresso da FNSFP está a ser uma experiência "muito positiva". Conhece agora melhor o problema dos trabalhadores portugueses do sector que acompanha na Galiza e considera que "de forma genérica são iguais". "O futuro", diz, "passa por mais mobilização e luta".

PAOLO LEONARDI, ITÁLIA

É membro do secretariado europeu da Federação Sindical Mundial (FSM). Explica que a demonstração da utilidade da FSM é o Congresso da FNSFP. As várias intervenções que ouviu dizem que o problema é global: "O capital internacional está a provocar o desastre geral na Europa. Temos a necessidade de unir a luta, de juntar forças, de confrontar". Esclarece também que o objectivo deve ser o de combater a União Europeia e o FMI. Para Paolo Leonardi, o papel da FSM é defender os trabalhadores em todo o mundo e na Europa. Não há outra opção senão a de construir um movimento sindical de classe forte e capaz de derrotar a ofensiva capitalista: "O capitalismo não se reforma, é contra o direito laboral e há que derrotá-lo". O objectivo da Troika é o de construir uma área na Europa com mão-de-obra de baixo custo, segundo o representante da FSM. E acrescenta que estamos numa fase de acumulação de forças, a crise do capitalismo é sistémica, não é temporária ou passageira. Há que vencê-la.



NOVA DESIGNAÇÃO

A Federação alterou no Congresso a sua designação para Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais.

SINDICALIZAR-ME?

[illegible]

É + SEGURO



FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS SINDICATOS DA FUNÇÃO PÚBLICA

» Os tempos que correm são difíceis para os trabalhadores em geral e em particular para os da Administração Pública e do Sector Social. O sistemático ataque aos seus direitos impõe uma organização sindical dia a dia mais forte, coesa, solidária e consequente na sua acção. Os Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais assumem hoje um papel cada vez mais determinante na defesa dos trabalhadores que exercem funções públicas e sociais. Mas são, igualmente, um elemento indispensável na alteração da actual situação que impõe uma viragem nas políticas e no rumo do País.

Todos e cada um dos trabalhadores das funções públicas e sociais precisam de estar mais fortes para este combate. Tal só é possível com SINDICATOS MAIS FORTES(!). Um objectivo só possível com mais e mais TRABALHADORES SINDICALIZADOS.